

**Ao sul do sul o mar também é pampa:
O encontro com o litoral e as práticas de banhos no Rio Grande do Sul (1884-1890)**

Felipe Nóbrega Ferreira¹

Primeiras ondas

Em uma situação hipotética, um sujeito qualquer está dentro de uma galeria de arte observando duas pinturas distintas.

No primeiro quadro faríamos a seguinte descrição: uma cena de praia, o azul do mar chega até uma linha do horizonte, banhistas caminhando ou praticando esportes na orla - data o quadro da segunda metade do século XIX. Alguns trajados de gorro ou chapéu de palha, maiôs, calções de banho, ainda, cabines para troca de roupas podem ser percebidas, da mesma forma que uma longa varanda preenchida por camarotes de madeira na beira da praia.

No segundo quadro a paisagem que se apresenta compreende: um sujeito trajando um pesado e largo poncho cinza, sentado ao lado do cavalo, devidamente encilhado. Esse mesmo personagem do quadro parece está tomando um chimarrão e apreciando uma vista que contempla o verde de um pampa que só termina na linha do horizonte fronteiriço.

Depois dessas duas cenas, perguntaríamos a esse observador: Qual dessas pinturas estaria descrevendo o Rio Grande do Sul?

A resposta mais provável seria a segunda descrição. Paisagem em que está inserido um universo de objetos que simbolizam uma construção visual/cultural que vem a ser o Rio Grande do Sul: a imagem do deserto verde, do sujeito do pampa, que predomina enquanto imaginário de todo um Estado.

Mas é preciso retornar ao primeiro quadro. Trata-se ele também de uma descrição do Rio Grande do Sul, só que dessa vez a partir do seu litoral e do cotidiano de um verão oitocentista. Nas linhas que se seguem, apresentamos esse Rio Grande do

¹ Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrando (CNPq)

Sul, o qual está voltado, desde muito cedo, para esse azul do litoral e algumas práticas que esse espaço compreende.

Efetivamente, nos referimos a uma cena balnear de 1890. Estação de banhos Villa Sequeira, localizada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Pensar o Rio Grande do Sul a partir do seu litoral, mais especificamente, das práticas de banhos de mar, se constitui no exercício primeiro que estamos elaborando desde o ano de 2010 em forma de dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

No presente trabalho, apresentaremos dois dos questionamentos que estão inseridos nesse processo de investigação do litoral do Rio Grande do Sul através de suas práticas de banho. Primeiro, buscamos evidenciar aqueles elementos que, para nós, levaram a uma obliteração do litoral dentro da escrita da história do Rio Grande do Sul.

Num segundo momento, lançamos um olhar para o interior do processo que efetivou a criação de uma estação de banhos em um lugar, aparentemente, tão insólito para tal empreendimento. Aqui, apresentamos o papel fundamental da empresa de Carris Urbanos de Rio Grande, e a figura onipresente de seu gerente e sócio majoritário, Antonio Candido de Sequeira. Dirigida por Sequeira, esta empresa projeta o balneário no ano de 1885, passando a captar recursos, publicar notas na imprensa e criando um manual de banhos até sua inauguração na temporada de 1890.

Dessa forma, estabelecemos como marco temporal de nosso trabalho o período compreendido entre 1884, quando da instalação da empresa de transportes urbanos que encampa a idéia de fundar um balneário até janeiro de 1890, ano da primeira temporada de veraneio marítimo do/no Rio Grande do Sul. Uma série de documentos passam a dar forma a idéia da montagem do empreendimento marítimo, especificamente nos debruçamos naqueles que partem da empresa em questão: atas, balanços, prospectos apresentados em assembléia, findando com o manual de banhos entregue aos passageiros da primeira viagem de trem entre a cidade e o litoral.

Importante é salientar que, documentos referentes ao gerente da empresa também se farão presentes, pois entendemos que a trajetória de Antonio Candido de Sequeira dentro da cidade de Rio Grande é igualmente importante nesse processo que se constituiu na importação de um ideal de modernidade balnear que estava em voga na Europa.

Passamos agora, então, a tornar visível esse litoral do Rio Grande do Sul que é praticado por banhistas desde fins do século XIX. Outros horizontes para um mesmo Estado...

Um litoral (In)visível

Ao realizar um levantamento sobre os trabalhos que versam sobre o litoral do Rio Grande do Sul e suas práticas de banho, não encontramos mais do que quatro dissertações sobre o tema². Sendo que, dentro de um olhar mais preciso, identificamos algumas peculiaridades que devem ser apresentadas.

Desses quatro trabalhos, dois dizem respeito ao litoral norte e dois ao litoral sul do Estado. O primeiro grupo, referente às praias do Norte, compreendem as dissertações de Eduardo Mattos Cardoso³ (2008) e Joana Carolina Schossler⁴ (2010). Por sua vez, o litoral Sul do Estado foi descrito por dois trabalhos, o primeiro deles data de 1999, intitulado *A fundação do Balneário Cassino ao final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XIX*⁵, de Maria Terezinha Gama Pinheiro. O segundo, *Balneário Villa Sequeira – a invenção de um novo lazer (1890-1905)*, produzido por Rebeca Enke no ano de 2005.

Importante é salientar que esse primeiro trabalho que envolvia o litoral sul como objeto de estudo foi produzido no campo da Geografia. Assim, por mais que a obra tangencie uma abordagem histórica, o que percebemos através de um importante levantamento de fontes, é que seu universo teórico está voltado à geografia e preocupações relativas à dinâmica espacial do balneário já no século XX.

Já o trabalho de Enke⁶ (2005) - que não faz qualquer tipo de referência ao trabalho que lhe precede nesse tipo de investigação – realizado no campo da História, tem como ênfase a criação de uma sociabilidade balnear levada à cabo nos diferentes

² Delimitamos apenas os trabalhos desenvolvidos à nível de pós-graduação no ensejo dos últimos 25 anos.

³ A invenção de Torres: do balneário Picoral à criação da sociedade da Praia de Torres – SAPT (1910-1950), defendida junto ao programa de pós-graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos.

⁴ As nossas praias: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900-1950). Defendida junto ao programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁵ Apresentado junto a Universidade Federal de Santa Catarina.

⁶ Realizado junto à Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS

espaços projetados para a convivência, preocupando-se, de maneira geral, com a historicização desses lugares e as relações dos grupos que os frequentava.

O que podemos perceber, desde já, é o fator de que são todos trabalhos recentes – excetuando o de Pinheiro (1999) – chamam atenção para uma emergência do tema nos últimos cinco anos. Mas, mesmo assim, não podemos esquecer que, se vistos sob o prisma dos últimos 25 anos, o número de trabalhos que versam sobre o litoral, as práticas de banhos, ou temáticas que derivativas desse universo, é significativo em relação a pequena quantidade que se apresenta.

Ao levar esses fatores em consideração, acreditamos ser pertinente aquela nossa pergunta inicial que nos que remetia a obliteração do litoral na constituição das temáticas estudadas *sobre e no* Rio Grande do Sul. Assim, é importante apresentar algumas hipóteses que podem dar sentido a essa invisibilidade forjada ao litoral do Rio Grande do Sul.

Retornamos ao quadro descrito no início desse artigo - que levava em consideração uma série de referências ligadas ao universo pastoril. O que se percebe nele é um recorte regional, ligado ao pampa, que catalisa uma identidade sulina a partir da qual entendemos ser o primeiro vestígio de uma obliteração das outras possibilidades de se dar a ver o Estado. Tal escolha de paisagem é produto de um processo anterior, escolha orientada e inserida dentro daquilo que Pierre Bourdieu chama de “luta de representações” (2007).

O caminho que Bourdieu traça em seu famoso texto *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região* (2007) auxilia no entendimento da construção de imagens mentais que organizam o olhar e forjam territórios e paisagens como manifestações homogêneas de identidade.

O autor propõe que o estabelecimento de uma região, obedece antes de tudo, a uma ordem prática vigente na sociedade. E tal função prática tem como finalidade a produção de efeitos sociais. Nos dizeres de Bourdieu:

Mas, mais profundamente, a procura dos critérios ‘objetivos’ de identidade ‘regional’ ou ‘étnica’ não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc) ou em atos estratégicos interessadas em manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental

que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores (BOURDIEU, 2007: 112)

Assim, a luta de representações que se opera a partir da idéia de região se dá, em Bourdieu, na manipulação de imagens mentais, nas delegações encarregadas de organizar essas representações e provocar modificações na maneira de perceber o mundo, de dar sentido a paisagens e hierarquizar essas mesmas paisagens. Estabelecem-se, então, definições legitimadoras de determinadas visões do mundo social, e por este meio, de fazer e desfazer os grupos (BOURDIEU, 2007).

Nessas divisões orientadas do mundo social:

O que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através de princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2007: 113).

No intuito de operar as palavras de Bourdieu, averiguamos que um projeto de recorte regional foi capaz de dar homogeneidade e sentido – creditados a uma luta de representações que culminou na apreensão de determinadas imagens mentais. A ampla gama de contrariedades internas, em termos de identidade e visões de mundo, foram solapadas por uma fração de imagens que, podemos dizer, saiu vencedora nessa luta de representações em busca de um tipo específico de sujeito e práticas.

Quem dá um nome e faz pensar esse recorte regional é a historiadora Sandra Pesavento no texto *A Invenção da Sociedade Gaúcha* (1993). Apropriando-se de maneira objetiva do texto de Bourdieu, ela entende o processo identitário como um projeto de escolhas, mas também aponta que foram essas escolhas que, no caso do Rio Grande do Sul, forjaram um “perfil da sociedade gaúcha”.

Por mais que entenda o processo identitário como um projeto de escolhas, Pesavento também aponta que essas escolhas as quais forjaram um “perfil da sociedade gaúcha” precisam ser revisadas, de modo que seja explícito entender de onde e como partem diferentes estratégias, ou níveis, em que se opera a construção de um determinado imaginário. (PESAVENTO, 1993: 383).

Nesse escopo, não se furta da noção de “tradição inventada” para entender o processo que levou a constituição de um imaginário sulino específico:

Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1984: 9)

Está na criação falseada de uma memória coletiva comum, que busca em mitos de origens unificadores – e igualmente manipulados – a coesão para a criação de uma identidade que seja capaz de transformar-se na imagem final de uma sociedade. Sandra Pesavento reconhece que esse processo não se dá longe de um campo de luta de representações em que aquela vencedora se tornará a “realidade” e o vetor das práticas sociais.

Para que um determinado passado mítico, capaz de forjar imagens mentais oriundas de uma região específica (o “gaúcho” e o universo pastoril) se tornasse sólido, criando vínculos permanentes na sociedade, foi preciso um aparato institucionalizado que, na leitura de Pesavento, ganha forma na década de 1930 com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRS. Assim, partiria desse grupo de intelectuais uma organização sistemática da escrita da história do Rio Grande do Sul, na qual suas influências por muito tempo seriam sentidas.

Tais intelectuais, oriundos do IHGRS, estariam preocupados com um projeto de integração nacional e com o projeto getulista da República Nova. Tal consideração torna-se bastante relevante ao pensarmos nos termos de uma criação identitária homogênea e politicamente orientada que foi levada a cabo, como bem nos informa os trabalhos de Gutfriend (1998) e Oliven (2006).

Para Sandra Pesavento, por muitas décadas a influência de tal instituto será decisiva na escrita da História sul-riograndense que, ou elevará ainda mais velhos mitos ligados ao campo, ou então se encerrará em debates que não questionem tal imagem-síntese. A hipótese da autora é sentida ainda anos depois, quando pública a obra *O Imaginário da cidade* (1999) e reitera o argumento de que uma invenção intelectual em torno do gaúcho sagrou-se vencedora dentro da escrita da história do Estado, obliterando, assim, as possibilidades de encontrar outros *Rio Grandes do Sul*.

Passa assim, a ganhar sentido o silêncio histórico em torno de outras paisagens, ou de trabalhos que se irradiam a partir de outras paisagens que não estão inseridas dentro do imaginário criado para o entendimento “do que é” o Rio Grande do Sul e o que se escreve sobre ele. Ao levarmos em consideração que, somente um trabalho sobre o litoral sul foi produzido nos últimos anos, tal hipótese passe a ser entendida como possível de ser formulada.

Os caminhos de Sequeira: Dos trilhos ao mar

Brevemente, apresentamos uma leitura da cidade de Rio Grande oitocentista que, de alguma forma, confirma as palavras de Cosptein, quando este pontualmente diz que a cidade possui uma “vocação urbana” (COPSTEIN, 1975: 10). Essa vocação se projetava através de um cenário de ampliação do universo urbano e das demandas que dele advém e, dentre essas demandas criadas pela modernidade vigente na segunda metade do século XIX está, justamente, a estação de banhos aqui investigada.

Em 1888 Rio Grande somava 20.277 mil habitantes, dos quais 14.345 residiam no perímetro urbano. Junto a essa população total é relevante pontuar o elevado número de estrangeiros na cidade, nesse mesmo senso foram registrados 21, 70% distribuídas, entre outros, nas seguintes nacionalidades: ingleses, franceses, espanhóis, uruguaios, italianos e alemães (COPSTEIN, 1975: 28).

Economicamente a cidade era efervescente não só pelo seu porto, mas também pelo parque industrial instaurado com o complexo têxtil pioneiro da Fábrica de Tecido Rheingantz⁷. No que tange ao universo cultural, de encontros, lazer e sociabilidades da cidade, o número de possibilidades era grande para quem buscava “afrancesar-se”, como propõe Ézio Bittencourt em seu importante mapeamento de espaços culturais de encontros, *Da Rua ao Teatro: Os prazeres de uma cidade* (2007).

Com a necessidade de afastar o olhar e o corpo do espaço citadino gris, a idealização de uma estação balnear perpassa também um deslocamento do local de vivência da estação quente. Tal observação ganha relevância quando encontramos uma citação de Cosptein, na qual faz referência ao antigo local de descanso que era usufruído

⁷ Vide Luz (1975) e Reichel (1978)

pelos cidadãos, a Ilha dos Marinheiros. Localizada em meio a Lagoa dos Patos e frontal à cidade, o autor cita:

Os solares respondiam as necessidades de lazer da gente de posses na estação estival. Sua importância desapareceu com as facilidades propiciadas pela construção da via férrea Rio Grande Costa do Mar ligando a cidade com a Mangueira (Cassino). (COPSTEIN, 1975: 20).

Será com a iniciativa da empresa férrea Carris Urbanos, gerenciada por Antonio Candido de Sequeira, que o planejamento da estação de banhos é levado à cabo. Está justamente no fato de possuir uma empresa de transporte férreo, e sua possibilidade de estender uma linha de trem ao litoral, que está o diferencial da existência e aproveitamento tão precoce da praia no litoral sul do Estado, em relação mesmo ao resto do país.

No Rio de Janeiro o acesso as praias era dificultado por uma geografia acidentada, que impedia – para as possibilidades da época – o acesso paulatino aos banhos (ARAÚJO, 1995). Por sua vez, o litoral norte do Rio Grande do Sul possuía um trajeto que não se dava de outra forma que não fosse àquela por tração animal (SCHOSSLER, 2010). Enquanto isso, na geografia plana de Rio Grande, sem maiores dificuldades, se estabeleceu a conexão entre cidade e litoral.

Para além dessas questões, está na pessoa de Antonio Candido de Sequeira o vetor central na articulação empresarial e política que culmina com a fundação do balneário. Rio Grandino de nascimento, sua trajetória funciona como um retrato daquilo que Alonso (2002) caracteriza de empreendedor do século XIX – um tipo que, dentro da ampliação das atividades urbanas, passa a acumular capital com a dinamização do setor terciário.

Ao acompanhar o inventário de seu pai (homônimo), que data de 1853, podemos perceber alguns deslocamentos e processos cumulativos de capital de Sequeira. Com a morte do pai em 1853, que é apontado pelo inventário como “comerciante”, mas poderíamos caracterizá-lo como agiota ao perceber suas movimentações de empréstimos, Antonio Candido de Sequeira é mandado, junto com um dos seus quatro irmãos, para completar os estudos em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

No ano de 1868, ao completar maioridade, encontra-se o seguinte documento anexado ao inventário do pai:

Diz Antonio Candido de Sequeira filho legitimo de Antonio de Sequeira e D. Maria Candido de Sequeira, que tendo atingido a idade de vinte e um anos o que prova com documento junto e julgando-se por isso emancipado e apto para todos os actos da vida civil, vem requerer a vossa senhoria que junto a essas actas, o escrivão lhe expeça seu formal de partilhas do inventário aqui se procedeu por fallecimento de seu pai, afim de receber de seu tutor aquilo que lhe cabe por herança (26/09/1867).

O momento seguinte à sua maioridade é de ser tornar procurador dos outros quatro irmãos, passando a ter plenos poderes sobre toda a herança do pai. Em 07/02/1870 torna-se procurador de seu irmão Domingo Candido Sequeira, no ano seguinte, em 09/09/1871 ele passa a ter amplos poderes sobre a herança de Eduardo Candido Sequeira, seu outro irmão:

Reconhecido pela próprio das testemunhas abaixo-assignadas, perante as quaes por elle foi dito, que por este instrumento, e na melhor forma de direito, nomeava e constituía seu bastante procurador na cidade do Rio Grande, com poderes de substabelecer, ao Sr. Antonio Candido de Sequeira, a quem concede, além dos poderes geraes, especialmente para a venda das apólices pertencentes a este autorgante... (09/09/1871).

É também Sequeira que administra as apólices deixadas ao seu irmão mais novo, João Candido Sequeira, o qual está na Inglaterra para completar os estudos primários. Somando os valores, Antonio Candido de Sequeira passa a ter posse de mais de 80:000\$000 da herança do pai. Somente não administra a herança de sua irmã mais velha, Adelaide que, já casada, tem em seu marido o tutor de sua herança.

Todo esse processo, de sua maioridade até a tutoria dos bens de seus irmãos, transcorre de 1867 até 1871. Nesse período, Sequeira está em Porto Alegre, tornando-se agente de leilões após pagar uma quantia de 7050 mil réis – fiança necessária para exercer tal cargo – conforme encontramos em termo oficial da Thezouraria da Fazenda da Província de São Pedro que data de 24 de novembro de 1871.

Nesse documento estão anexados dois “depósitos caução” expedido pela Thezouraria da Fazenda da Província de São Pedro e feitos no nome de Edemundo Teltsher e Manoel Py. Comerciantes da praça de Porto Alegre, Edemundo é agente importador da Cia. Ítalo Brasileira localizada em Rio Grande, enquanto Manoel Py, também ligado ao setor terciário, se tornará um dos sócios fundadores da estação de banhos.

O que percebemos na trajetória ascendente de Antonio Candido de Sequeira é uma rede de relações comerciais que se estabelece após sua maioridade. Sem laços de sangue, oriundo de uma família sem qualquer prestígio dentro da cidade de Rio Grande, Sequeira acumula todo seu capital longe de sua cidade natal, retornando em fins da década de 1870, quando é proprietário de uma agencia de salvamentos marítimos na Barra do Rio Grande.

No ano de 1884, adquire o privilégio de cinquenta anos para estabelecer as linhas de transportes urbanos na cidade de Rio Grande, fundando a empresa Carris Urbanos do Rio Grande. Em poucos meses a empresa começa a operar na cidade e já no ano de 1885⁸ passa a circular na imprensa a criação de um balneário aos moldes europeus através de uma linha férrea até o litoral da cidade.

Essa faixa litorânea era conhecida por Costa da Mangueira. Levando em consideração a trajetória de Sequeira e o tempo de instalação da empresa e anuncio da projeto balnear, acreditamos que tal empreendimento estava em curso desde que foi firmado contrato de exploração carril junto a intendência municipal.

No ano de 1886 uma série de reportagens ou informações referentes aos banhos de mar e os benefícios que esses podem causar passam a circular nos periódicos locais. Na ata da reunião da Carris realizada no dia 23/03/1886 encontramos a seguinte passagem:

A empresa que a Carris Urbanos se propõe agora levar a effeito resolve todas as difficuldades que até o presente se opunham a que a população da provincia pudesse fazer uso periódico dos banhos de mar. É um serviço relevante que a companhia presta ao público: sem contar que muito tem a lucrar a cidade do Rio Grande com o estabelecimento em suas cercanias de um estabelecimento balnear ligada a ella por uma linha férrea que não excede 18km. (ATA DE ASSEMBLÉIA, 23/03/1886)

Na mesma assembléia geral da empresa, o tema da criação de uma estação de banhos argumentava primeiro da necessidade de levar a idéia dos banhos para próximos daqueles que efetivassem fazer uso das águas frias do litoral sul. O litoral norte, devido aos empecilhos do transporte não se prestaria a atender essa demanda. De acordo com o documento: “dispondo como meio de locomoção disformes e vagarosos vehiculos que torturam-lhe o corpo sob o caminho sinuosos que contornam lagoas e banhados,

⁸ Efetivamente na data 08/12/1885 no periódico local Diário de Rio Grande.

comoros d'areia magníficos ou montículos mantidos pelas macegas que ahi habitam” (ATA DE ASSEMBLÉIA, 23/03/1886).

A empresa, no comentário à seguir, mostra conhecimento e pesquisa de outros locais que poderiam servir aos banhos de mar, mas que, por diferentes motivos não se constituem como uma estação balnear devidamente planeja como aquela que a empresa pretende levar à cabo:

As praias de Pocitos e Ramires, em Montivideo, são notoriamente de menos água salgada, e para provar basta lembrar que estão situadas na desembocadura do Rio da Prata, recebendo grande influxo de águas desse rio. Quanto a boa disposição, é a Praia de Fora, na Ilha de Santa Catharina, e melhor de banhos de mar das adjacências; mas constituem-se immenso sacrificios pecunniario e de commodidades a viagem para tão distante paragem, e não menor transtorno para as pessoas que tenham de deixar na Província seus interesses no abandono (ATA DE ASSEMBLÉIA, 23/03/1886).

Acreditamos que, para além da fachada terapêutica que perpassa a argumentação da empresa para seu intento, está em jogo um entendimento da estação quente como um negócio, como uma possibilidade de exploração e acumulação de capital através da criação de um cotidiano balnear planejado pela empresa na figura onipresente do seu gerente Antonio Candido de Sequeira.

No acompanhamento das notícias que são vinculadas na imprensa local, o gerente passa a realizar reuniões não só com a sociedade riograndina, mas também promovendo a divulgação de tal empreendimento, ao mesmo tempo em que busca captar recursos, nas cidades vizinhas de Pelotas e Bagé. Nesse ínterim é publicado o prospecto do balneário no ano de 1888, quando a Carris Urbanos adquire o direito de ampliação de suas linhas férreas e cria a Companhia Bonds Suburbanos da Mangueira como uma subsidiária para a administração da nova linha.

Entre os tópicos apresentados pelo prospecto – histórico, interessados, perspectivas, resultados financeiros e razões especiais – percebemos que o projeto logo foi encampado pelo paço municipal, pois abre da seguinte forma o documento:

A Carris Urbanos solicitou e obteve da assembléia provincial autorisação para prolongar suas linhas até o districto da Mangueira. Por influencia da atual administração, votou a assembléia provincial em subsídio ou garantia de 5.000\$000 annuaes por dez annos; e a camara municipal desta cidade, por sua vez, votou a verba annual de 12:500\$00, também por dez annos,

para a garantia da linha que for construída. A Companhia Carris Urbanos está resolvida a levar a efeito esse grande melhoramento, se for secundado pelos interessados. (PROSPECTO DA CARRIS URBANOS, 1888).

Aqueles que estariam interessados em um local como eram dispostos em duas instâncias: primeiro os que necessitariam das águas por recomendações médicas e encontrariam na Costa da Mangueira o local não só de mais fácil acesso, mas também o mais apropriado em termos de logística. O segundo grupo de interesse estaria no empresariado local, os quais passariam a receber um número maior de capital em seus empreendimentos, pois o giro de visitantes faria com que a cidade entrasse em um processo de dinamização comercial.

Dentro do universo de expectativas à que se refere a empresa, a idéia de tornar a Costa da Mangueira um local planejado aos moldes de outras praias que já faziam sucesso na Europa é pungente, pois estaria em curso a construção de um hotel local, os camarotes à beira-mar, barracas de trocas de roupas, carruagens dispostas para o transporte de banhistas no interior do balneário, *chalets* residenciais entre outros benefícios.

Quanto ao retorno financeiro, a empresa apresenta os seguintes dados, nos quais leva em consideração outras localidades que possuem esse deslocamento até o litoral:

As duas linhas de carris, que nesta cidade dão acesso as praias de banhos, representam um capital de 800.000\$000 e –já antes dissemos – mais de 1.000\$000 vão procurar emprego na industria dos banhos de mar. Logo, Santos, ou antes a província de São Paulo, de população idêntica a nossa fornece seiva para o giro do capital de 1.800:000 pela única razão dos banhos salgados. Tracemos novo paralelo: com 250:000\$000 de capital se pretende no Rio Grande atender ao mesmo melhoramento e servir a uma população numerosa como a de São Paulo e quase a dupla do Estado Oriental. Proseguindo na observação econômica. Que as despesas dos costeios da Linha da Mangueira serão limitados, e o rendimento, mesmo em pequena escala, os cobrirá facilmente (PROSPECTO DA CARRIS URBANOS, 1888).

O que se percebe é um empreendimento que facilmente obteria êxito em termos lucrativos. O custo seria mínimo segundo os dados da empresa se comparado aos custos carris de outras cidades – Porto Alegre e Pelotas. Encerra dizendo o prospecto:

Divididas em partes iguaes essas despesas, entre a empreza urbana e a suburbana, tal economia, na linha da Mangueira, poderia corresponder a 4 ½ % sobre todo o seu capital de 250:000\$000. Como pois duvidar que, com tal verba de economia, a nova empreza possa, sem demora, dispensar

garantia de juros? E portanto, por todos os indícios, provável um completo êxito à operação (PROSPECTO DA CARRIS URBANOS, 1888).

O último documento que aqui apresentamos diz respeito ao manual de banhos entregue durante a primeira temporada de banhos realizada na Costa da Mangueira, o Guia dos Banhistas. Formulado pela mesma empresa carris, nele está estabelecida a primeira temporada oficial de veraneio que vai de 26 de Janeiro de 1890 até 15 de Maio de 1890.

O Guia dos Banhistas, ao longo de 23 páginas, se organiza em torno de seis momentos: *Situação, O Tratamento Marítimo, Precauções Hygienicas, Commodidades na praia, Habitações na Villa Siqueira e Salão de visitas e concertos, e de jogo*. Dentro de cada capítulo ainda existem subtítulos que organizam os assuntos a serem detalhados pelo informativo.

Está descrita no manual as características do balneário, o qual evidencia que uma alameda é projetada, 2.200 metros de extensão por 40 metros de largura, cercada por terrenos de 100x50 metros, formando ruas de 16 metros de largura (GB, 1890). Podemos encarar esse documento de duas maneiras distintas: como uma forma de “vender o balneário” através da divulgação/publicidade, segundo como um regulador pedagógico do cotidiano balnear.

Nos tópicos que são apresentados no documento⁹ está em curso o que chamamos de um *processo civilizacional dos banhos de mar no Rio Grande do Sul* (FERREIRA, 2010). Apresenta ele as maneiras e os horários mais apropriados¹⁰ para fazer uso do banho de mar, bem como a forma que deve se estabelecer o contato humano com a água do mar. Uma pedagogia do corpo sulino está em curso, uma maneira específica de se apropriar do contato com o mar, que antes poderia até ser conhecido através da literatura marítima, mas agora era algo físico e objetivo dentro do cotidiano sul-riograndense, o banho de mar.

Além da relação homem-mar, o Guia também aponta as relações de sociabilidade que o balneário oferece – tanto à beira mar como naquelas relações estabelecidas dentro dos salões do hotel balnear. Na praia, essa sociabilidade se dá através das relações que se forjam em volta dos camarotes com vista para o mar – que

⁹ Vide FERREIRA (2010) para um detalhamento maior desse documento.

¹⁰ Aqui faz uso da leitura do literato português Ramalho Ortigão e sua obra “As Praias de Portugal”.

se dividem, por gênero, em camarotes de primeira e de segunda classe, e para aqueles que não possuem finanças de fazer uso de tal espaço, a preços menores podem ser alugados barracas sobre rodas (Guia dos Banhistas, 1890).

O hotel local (também de administração da Carris), por sua vez, é apresentado pelo Guia como um segundo vetor de sociabilidade, um local importante no entendimento do funcionamento das engrenagens do balneário, visto que é nele para onde convergem o maior número dos banhistas. Em sua varanda frontal as poltronas ficam disponíveis para tornar a alameda um espaço para ver e ser visto, um teatro social em que os sujeitos participam como atores e espectadores. Além disso, os bailes e recepções aconteciam dentro desse mesmo estabelecimento, o que denota a importância de tal espaço para a constituição de uma sociabilidade balnear.

O Guia dos Banhistas possuiu apenas uma edição. No próprio documento existe a indicação que ele seria elaborado a cada nova estação de veraneio, algo que nunca se concretizou, restando apenas esse exemplar de 1890.

Ribombos

Uma parte do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2010 foi evidenciada nas linhas acima. Com o intento de entender o processo que, para nós, levou a criação de uma estação de banhos no Estado do Rio Grande do Sul apresentamos uma leitura que nos direcionou ao entendimento da obliteração do litoral enquanto espaço e paisagem a ser estudada, para, em um segundo momento, arrolar algumas das fontes referentes a empresa que projetou e fundou a Costa da Mangueira.

Com esse primeiro conjunto de fontes apresentadas, nesse período que vai de 1884 até 1890, fez-se sentir a incorporação da estação quente no cotidiano dos sulriograndenses. O deslocamento ao litoral, a forma de difusão e apropriação de práticas específicas que levam em consideração o período de cada temporada de banhos consolidam uma maneira distinta de viver o cotidiano no Rio Grande do Sul.

Os banhos de mar passam a ser parte importante de um acontecer social desses tempos rápidos do final do século XIX. Uma maneira de organizar o mundo social sulino pode ser percebida pelo historiador que se debruça nesse tema ainda pouco explorado.

Com um olhar que deixa de lado aquelas imagens forjadas do frio enquanto identificador do Rio Grande do Sul, o litoral se estabelece cada vez mais visível. O historiador agora compreende que *ao sul do sul mar também é pampa*, que o azul do horizonte litorâneo também é uma dos recortes que fazem parte da constituição histórica da identidade sulina.

Fontes primárias

Inventário de Antonio Sequeira. 1853. Autos 618, maço 28, estante 12. Porto Alegre, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. RS.

Termo de fiança da Thezouraria da Província de São Pedro (24/11/1871). Porto Alegre, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. RS.

Prospecto da Empresa Carris Urbanos. Publicado no jornal O Artista (19/04/1888)

Acta da reunião de acionistas da empresa Carris Urbanos do Rio Grande (23/03/1886). Rio Grande, Bibliotheca Rio-grandense, RS.

Guia dos Banhistas: Informações Sobre a Praia e Banhos na Villa Sequeira. Rio Grande. Typographia da Livraria Rio-Grandense. 1890

Bibliografia

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. A Vocação do Prazer: A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano. Rocco, 2  ed., Rio de Janeiro, 1995.

ALONSO, Angela. Idéias em movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil- Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. Da Rua ao Teatro: Os Prazeres de uma Cidade. Sociabilidades & cultura no Brasil Meridional. 2  ed., Rio Grande: FURG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 7  edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004

COPSTEIN, Raphael. O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande. In: Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, Editora do Professor Gaúcho, 1975.

ENKE, Rebecca. Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905). Dissertação de mestrado (Pós-graduação em História), Unisinos, São Leopoldo, 2005.

FERREIRA, Felipe Nóbrega. Artérias de Pedra: a modernidade na cidade de Rio Grande (1877-1903). In: Anais do Congresso Fronteira e Identidades, Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, 2010. (M dia eletr nica)

FRAGA, Solismar. Cidade do Rio Grande: Industrialização e Urbanidade (1873/1990). Rio Grande, FURG, 2006.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs). A Invenção das Tradições. 2º edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

GUTFRIEND, Ieda. A historiografia rio-grandense. Porto Alegre, Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998.

LUZ, Nícia. A Luta pela Industrialização do Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975

OLIVEN, Ruben. A Parte e o Todo – A diversidade cultural no Brasil Nação. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2º edição (revista e ampliada), Vozes, 2006.

PESAVENTO, Sandra. A Invenção da Sociedade Gaúcha. In: Ensaio FEE, Porto Alegre, (14)2: 383-396, 1993.

_____, O Imaginário da Cidade – Visões literárias do Urbano. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

PINHEIRO, Maria Terezinha Gama. A fundação do balneário Cassino ao final de século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX. Dissertação de Mestrado (Departamento de Geociências, Mestrado em Geografia), UFSC, Florianópolis, 1999.

REICHEL, Heloísa. A Indústria Têxtil do Rio Grande do Sul: 1910/1930. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1975.

SCHOSSLER, Joana Carolina. “As nossas praias”: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900-1950). Dissertação de mestrado. (Departamento de História) PUC. Porto Alegre, 2010.